



EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS  
Rua Dr. Salles Oliveira,1028 - Bairro Vila Industrial - CEP 13035-270 - Campinas - SP  
EMDEC-PR/EMDEC-DF/EMDEC-DF-DFC/EMDEC-DF-DFC-DFCL

## CONTRATO

Campinas, 18 de outubro de 2022.

**CONTRATO n°** 055/2022  
**PREGÃO n°** 027/2022  
**PROTOCOLO n°** EMDEC.2022.00001704-13  
**MODALIDADE** PREGÃO ELETRÔNICO  
**TIPO** MENOR PREÇO POR LOTE  
**FORMA DE FORNECIMENTO** INTEGRAL  
**VIGÊNCIA** 06 (SEIS) MESES  
**VALOR TOTAL** R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais)

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A, com sede na Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028 – Vila Industrial – Campinas/SP – CEP 13035-270, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 44.602.720/0001-00 representada neste ato por seus representantes legais, doravante designada simplesmente EMDEC, e de outro lado, **VERSATTI COMERCIO E SERVICOS LTDA**, com sede à Av. T2, Nº 917, Qd.70 Lt. 10 Sala 14 – Setor Bueno – CEP 74.210-005 – Goiânia/GO, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **45.098.044/0001-34**, neste ato representada por seus representantes legais, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e convencionam as obrigações e compromissos recíprocos que assumem, em consonância com a Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº10.520/02, Pregão Eletrônico 027/2022, Decretos Municipais nº 14.218/03 e nº 14.602/04 e demais normas complementares e disposições deste instrumento, consoante as cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente o fornecimento de equipamentos para sistema de detecção de presença com sinal sonoro, em benefício ao pedestre com deficiência visual, obedecendo as especificações descritas nos itens do **Anexo I – Termo de Referência**.

### CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. A vigência do presente Contrato é de 06 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado, respeitadas as determinações do Art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 com suas alterações.

2.2. As condições de execução do ajuste, inclusive as obrigações das partes, são as especificadas neste Contrato e nas constantes do **Anexo I – Termo de Referência** do Edital que o precedeu e que deste faz parte integrante.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1. As partes atribuem a este Contrato, para efeitos de direito, o valor total de **R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais)**, conforme proposta da CONTRATADA que é parte integrante deste.

3.2. Nos preços propostos acima indicados estão inclusos todos os custos e despesas, assim como tributos, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, que recaiam sobre o objeto, correndo por conta e risco da CONTRATADA.

3.3. O reajuste de preços, devido somente após 12 (doze) meses da data do início da vigência do contrato e a cada novo período anual, deverá ser **solicitado por escrito** pela CONTRATADA e será calculado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, ocorrida no período de 12 (doze) meses, contados a partir da data base da proposta, como segue:

$$P = P_0 \times (I / I_0)$$

Onde:

P = preços reajustados;

P<sub>0</sub> = preços iniciais dos serviços constantes do contrato;

I = Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE) correspondente ao décimo segundo mês da data da proposta, e assim sucessivamente de doze em doze meses.

I<sub>0</sub> = Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE) correspondente ao mês da data da proposta.

**3.3.1. Caso o IPC-FIPE da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE sofra alterações sendo descontinuado ou suspenso, será aplicado o índice indicado em substituição, mediante acordo entre as partes deste Contrato.**

**3.3.2** Quando pleiteado após o interstício de 01 (um) ano de vigência do contrato, sua aplicação terá termo inicial a partir da data de protocolo da solicitação de reajuste.

### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal.

4.2. A empresa deverá emitir Nota Fiscal/Fatura expressa em Reais.

4.3. Da Fatura / Nota Fiscal deve necessariamente constar:

a) Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A.

Rua Dr. Salles Oliveira, nº 1.028 – Vila Industrial – Campinas/SP.

CNPJ: 44.602.720/0001-00 Inscrição Estadual: 244.109.463.110

b) Indicação dos produtos, quantidades, valores unitários e totais;

c) Protocolo nº EMDEC.2022.00001704-13

d) Contrato nº **055/2022**.

**A Nota Fiscal não poderá ser negociada ou dada em garantia a terceiros.**

**Não será aceito boleto bancário.**

4.4. A EMDEC terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar a Nota Fiscal/Fatura apresentada.

4.4.1. A(s) fatura(s) não aprovadas pela EMDEC será(ão) devolvida(s) à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de devolução para a sua reapresentação.

4.4.2. A devolução da fatura não aprovada pela EMDEC em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento.

4.4.3. A(s) fatura(s) aprovada(s) será(ão) paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela EMDEC.

4.5. Caso se aplique, será retido do pagamento à Contratada, a alíquota do ISSQN da Prefeitura Municipal de Campinas correspondente à atividade da empresa, em atendimento à Lei Municipal nº 12.392/05 e alterações.

4.6. Se, em decorrência desta contratação, houver a emissão de nota fiscal ou qualquer outro documento fiscal, de prestação de serviço e, caso a CONTRATADA seja pessoa jurídica não sediada no Município de Campinas, deverá efetuar, antes da emissão da Nota Fiscal, sua inscrição no CENE – Cadastro de Empresas não Estabelecidas no Município de Campinas, junto à Prefeitura Municipal de Campinas, nos termos da Instrução Normativa 43 DRM/GP nº 02/2017, publicada no DOM de 06/12/2017, exceto o Microempreendedor Individual (MEI) de que trata a Lei Complementar nº 123/2006.

4.6.1. Para fins de apuração da base de cálculo, a contratada, quando couber, deverá fornecer ao tomador destes serviços as cópias previstas no art. 99 do Decreto Municipal 15.356/2005.

4.7. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de penalidade ou inadimplemento contratual.

4.8. Como liberalidade, a EMDEC poderá efetuar crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, desde que esta assuma eventuais custos decorrentes desse crédito.

4.9. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sendo que a inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à EMDEC a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE ENTREGA

5.1. Conforme item 3 do Termo de Referência (Anexo I).

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes do **ANEXO I – Termo de Referência do Edital que é parte integrante deste contrato.**

6.2. Indicar preposto para acompanhamento dos termos e fiel execução do contrato.

6.3. Cumprir o prazo previsto para as entregas, conforme 3 do Anexo I – Termo de Referência;

6.4. Assinar o Termo de Encerramento do contrato ao final da vigência deste instrumento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA EMDEC

7.1. Prestar à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

7.2. Indicar preposto para acompanhamento dos termos deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1. Pela inobservância das obrigações previstas na legislação em vigor e, em especial, das previstas neste Contrato e seus anexos, a EMDEC poderá, de acordo com a natureza da infração, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a EMDEC, nos termos do inciso III do artigo 83 da Lei Federal nº 13.303/2016;

9.2. A penalidade não desobriga o infrator de corrigir a falta que lhe deu origem.

9.3. A penalidade de multa será aplicada nos seguintes casos:

9.3.1. Multa de 0,2% (dois décimos por cento), aplicado ao valor total atualizado do contrato, multiplicado pelo número de dias de atraso no fornecimento, até o décimo dia corrido, após o que, aplicar-se-á a multa prevista no subitem 9.3.2;

9.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial do objeto do contrato de natureza média;

9.3.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, será aplicado na hipótese de inexecução parcial ou total do objeto do contrato, pelo seu não recebimento, ou por qualquer outro inadimplemento contratual de natureza grave, sem justificativa, ou com justificativa não aceita pela EMDEC.

9.4. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para recorrer da penalidade aplicada, de acordo com o disposto no artigo 83 §1º da Lei Federal nº 13.303/2016 e alterações.

9.4.1. Se indeferido o recurso, a CONTRATADA deverá recolher o valor da multa aplicada na Tesouraria da EMDEC, no prazo de até 05 (cinco) dias, após comunicada do resultado.

9.4.2. Caso não sejam recolhidos no prazo os valores devidos pela CONTRATADA relativos às multas, os mesmos serão descontados dos pagamentos, e/ou serão tomadas as providências judiciais cabíveis.

9.4.3. Em caso de existência de garantia apresentada pela CONTRATADA, se a multa aplicada for superior ao valor desta, além da sua perda, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela EMDEC ou cobrada judicialmente.

9.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

9.6. As penalidades serão aplicadas mediante regular procedimento administrativo, com exceção da advertência que poderá ser aplicada nos autos do PALC – Processo Administrativo de Licitações e Contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL

- 10.1.** A fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA deve ser comunicada à EMDEC que promoverá análise documental da reorganização empresarial.
- 10.2.** Inexistindo prejuízo ao interesse público será lavrado se necessário Termo Aditivo para as adequações decorrentes dessa operação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

- 11.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 11.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:
- a)** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - b)** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
  - c)** a lentidão do seu cumprimento, levando a EMDEC a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
  - d)** o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
  - e)** a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à EMDEC;
  - f)** a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
  - g)** o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
  - h)** o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
  - i)** a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - j)** a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
  - k)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
  - l)** razões de interesse da EMDEC, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
  - m)** a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
  - n)** descumprimento da proibição de trabalho no turno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 11.3.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 11.4.** A rescisão do contrato poderá ser:
- a)** por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
  - b)** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a EMDEC;
  - c)** judicial, nos termos da legislação;
- 11.5.** A rescisão por ato unilateral a que se refere a alínea 'a' do item 11.4, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- 11.6.** Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o item 11.5. será de 90 (noventa) dias.
- 11.7.** Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:
- a)** devolução de garantia (quando houver);
  - b)** pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
  - c)** pagamento do custo da desmobilização.
- 11.8.** A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Diretor Presidente da EMDEC.
- 11.9.** O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 11.10.** Na hipótese do parágrafo anterior, a EMDEC pode conceder prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.
- 11.11.** A rescisão de que trata a alínea 'a' do item 11.4. acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas:
- a)** assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da EMDEC;
  - b)** execução da garantia contratual (quando houver), para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela EMDEC;
  - c)** retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à EMDEC.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVISÃO DE PREÇOS:**

- 12.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da EMDEC para a justa remuneração dos serviços, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.
- 12.2.** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.
- 12.3.** Na hipótese da contratada solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documento(s) que comprove(m) a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.
- 12.4.** Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela contratada esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro.
- 12.5.** Fica facultado a EMDEC realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela contratada.
- 12.6.** A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da EMDEC, porém contemplará as prestações dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da EMDEC.
- 12.6.1.** Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a execução dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
  - 12.6.2.** A contratada deverá, quando autorizada a revisão dos preços e lavrado o Termo Aditivo com os preços revisados, emitir Nota Fiscal complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PREVISÃO DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO**

13.1. Para a presente contratação há previsão de recursos orçamentários que custearão as despesas decorrentes deste ajuste.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

14.1. Os termos deste Contrato vinculam-se aos termos do Edital, seus Anexos e da Proposta Comercial apresentada pela Contratada.

14.2. Aplica-se a este Contrato e principalmente aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 13.303/2016, Decretos Municipais nº 14.218/03 e nº 14.602/04.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

15.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados e pelas partes anuentes.

15.2. Cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste Acordo um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

15.3. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambos os Partícipes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Acordo e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

(I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e

(II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

15.4. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Acordo, sem prejuízo da cobrança da reparação de danos causados à parte inocente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

16.1. Integra o presente Contrato, o **Anexo I – Termo de Referência** e a Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA, e vinculam-se ainda aos termos deste, para todos os efeitos legais, os termos e demais Anexos do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

17.1. A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.2. Sempre que a EMDEC exigir documentação comprobatória dessas condições a CONTRATADA deverá atender.

17.3. A não manutenção das condições de habilitação pelo contratado pode dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

17.4. Na hipótese do item acima, a EMDEC pode conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

18.1. O presente contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes nos termos do artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

19.1. As partes elegem, desde já, explicitamente, o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões que eventualmente venham a surgir por força do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas as partes por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, feito em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito.

Marta Pires Barbosa

Diretora Administrativa e Financeira da EMDEC S/A

Luiz Carlos Sardinha

Diretor de Operações

VERSATTI COMERCIO E SERVICOS  
LTDA:45098044000134

Assinado de forma digital por VERSATTI  
COMERCIO E SERVICOS LTDA:45098044000134  
Dados: 2022.10.25 09:06:52 -03'00"

Italo Roberto Gomes Diniz

VERSATTI COMERCIO E SERVICOS LTDA

**TESTEMUNHAS:**

Ricardo Casonatto

Líder de Processo

Flávia A. O. Ribeiro

Assistente Administrativo

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA****1) OBJETO:**

1.1 Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos para sistema de detecção de presença com sinal sonoro, em benefício ao pedestre com deficiência visual.

**2) ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS E LOTES:**

2.1 As peças a serem adquiridas são um conjunto de equipamentos, ligados em botoeiras especiais, utilizados em controladores semafóricos, conforme descrições:

Item	Cód. Almox.	Qtd.	Unid	Lote 3 - Especificação dos Produtos (lote destinado à EPP/ME)
	EMDEC			
17	P13020103221	60	Peça	Caixa para quadro de automação, plástica (ABS), tampa opaca, resistente a raios UV, para ambientes agressivos, externos, com IP 67, com dobradiça, fecho e placa de montagem em chapa (metal ou plástico). Tamanho aprox.: 30X20X13cm (AXLXP). (Ref.: CEMAR – 913401, ou similar de melhor qualidade).
18	Sem cadastro	60	Peça	Filtro de linha com 4 tomadas (Padrão brasileiro) com proteção de fusível – tomada 10A.
	Produto Novo			

**3) PRAZO PARA ENTREGA:**

3.1 A entrega deverá ocorrer de acordo com o seguinte cronograma:

3.2 Entrega única: Em até 20 (vinte) dias úteis após a data de publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial do Município de Campinas/SP.

3.3 Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega, deverá ser apresentado, antes do vencimento, devidamente justificado pela CONTRATADA, e será submetido à apreciação superior.

3.4 Caberá à CONTRATADA arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias eventualmente recusadas por não atenderem às especificações deste Termo.

**4) LOCAL DE ENTREGA:**

4.1 A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado da EMDEC, situado na Rua Dr. Salles Oliveira, 1028 - Vila Industrial, Campinas-SP, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, ou em outro local a ser definido e comunicado pela EMDEC.

4.2 A entrega deverá ser previamente agendada e confirmada com o Almoxarifado da EMDEC através do telefone (19) 3772-4064 ou 3772-4055 e informada ao Gestor Contratual, Sr. Paulo Eduardo de Oliveira Conde, no telefone: (19) 3772.7175.

4.3 Alerta-se a CONTRATADA que os locais de carga e descarga da EMDEC encontram-se na área interna do Anel de Integração Engenheiro Rebouças, zona com restrição de circulação de veículos de carga, de acordo com a Resolução SETRANSP nº 079/17, que pode ser obtida através da Internet em <http://www.campinas.sp.gov.br/uploads/pdf/1233070800.pdf> - Anel de Integração Engenheiro Rebouças: [www.emdec.com.br/eficiente/repositorio/2905.pdf](http://www.emdec.com.br/eficiente/repositorio/2905.pdf) 3772-4064 ou 3772-4055, bem como o agendamento deverá ser comunicado ao responsável por informações técnicas.

**5) CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

5.1 Os produtos serão recebidos provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste termo.

5.2 EMDEC terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para aprovar ou rejeitar os materiais, contados do recebimento.

5.3 Com a aprovação dos produtos, a EMDEC providenciará o Aceite na Nota Fiscal.

5.4 Constatadas irregularidades nos materiais, a EMDEC, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, comunicará por escrito a CONTRATADA e deverá:

5.4.1 Rejeitá-los, no todo ou em parte, se não corresponder às especificações deste Termo de Referência, oportunizando a substituição, mantido o preço inicialmente ofertado.

5.4.2 Determinar a complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

5.5 As providências em face das irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento pela CONTRATADA da notificação.

5.6 A devolução do material rejeitado, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o fornecimento.

5.7 A EMDEC ficará isenta de todas e quaisquer despesas decorrentes da devolução do(s) material(is) rejeitado(s).

5.8 Caso os produtos substitutos sejam também reprovados pela EMDEC, ficará a critério do Gestor Contratual, mediante análise da conveniência e vantajosidade para a EMDEC, conceder nova(s) oportunidade(s) de substituição do(s) produto(s) desaprovado(s).

**6) GARANTIA:**

6.1 Todas as peças fornecidas deverão ter garantia contra defeito de fabricação, pelo período mínimo de 6 (seis) meses, contados da data de aceite da nota fiscal.

**7) PRAZO CONTRATUAL:**

7.1 A contratação terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município de Campinas, podendo ser prorrogado, nos termos da lei.

**8) DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

8.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante da EMDEC, que será oportunamente designado pela DOI – Divisão de Implantação e Manutenção de Infraestrutura de Mobilidade.

8.3 A CONTRATADA deverá indicar preposto para recebimento de comunicações, notificações e atendimento de demandas relativas ao objeto contratual, bem como apresentar esclarecimentos em face de dúvidas de quaisquer naturezas quanto aos materiais.

8.4 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização da EMDEC, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados.

**9) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

9.1 Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem às especificações.

9.2 Responder por quaisquer danos causados aos empregados da EMDEC ou a terceiros, independentemente de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto deste Termo, os quais não serão excluídos ou reduzidos em decorrência do acompanhamento exercido pela EMDEC.

9.3 Atender a toda a legislação vigente, no âmbito federal, estadual e municipal, durante o fornecimento do objeto deste instrumento.

9.4 Entregar o material nos exatos termos constantes no edital da Licitação e na proposta ofertada, sob pena de recusa de recebimento.

9.5 Manter durante toda a execução contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.

**10) RESPONSÁVEL POR INFORMAÇÕES TÉCNICAS:**

10.1 Poderão ser obtidas informações relativas às especificações técnicas com o Sr. Paulo Eduardo de Oliveira Conde, Gerente do Departamento de Implantação e Manutenção de Sinalização Semafórica (DOSS), telefone (19) 3772.7168.

**11) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

11.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o aceite da Nota Fiscal.



**VERSATTI COMERCIO E SERVIÇOS**  
CNPJ: 45.098.044/0001-34 – I.E: 10.891.56



(62) 3626-0640



comercioversatti@gmail.

**PROPOSTA COMERCIAL**

**A**  
**EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS**  
**REF. PE Nº: 027/2022**  
**EMDEC.2022.00001704-13**

**Prezados Senhores,**

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para fornecimento de Equipamentos para sistema de detecção de presença com sinal sonoro, em conformidade com a Planilha Abaixo – Planilha de Fornecimento de Preços.

LOTE 03						
ITEM	DESCRIÇÃO	NCM	QTD	UF	Fornecimen	
					VALOR UNITÁRIO	
11	Caixa para quadro de automação, plástica (ABS), tampa opaca, resistente a raios UV, para ambientes agressivos, externos, com IP67, com dobradiça, fecho e placa de montagem em chapa (metal ou					

17	plástico). Tamanho aprox. 30x20x13cm (AxLxP). <b>Modelo: CCP302013.</b> <b>Código: 913401.</b> <b>Fabricante: Cemar.</b>	N/A	60	UN	R\$ 200,00	R
18	Filtro de linha com 4 tomadas (Padrão brasileiro), com proteção circuit-breaker – tomada 10A. <b>Fabricante: Megatron.</b>	N/A	60	UN	R\$ 45,00	F
<b>VALOR TOTAL DO LOTE (R\$)</b>						<b>F</b>

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 14.700,00 (Quatorze Mil e Setecentos Reais)**

**Regime Tribut.: SIMPLES NACIONAL**

Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os decorrentes da operação de venda, tais como transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comissões, embalagens, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação dos fornecimentos previstos neste Edital.

**Declaramos que tomamos o pleno conhecimento de todos os aspectos e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.**

**O prazo de garantia dos materiais é de: 6 (Seis) meses.**

O prazo de validade da proposta é de: 90 (Noventa) dias.

O prazo de entrega dos produtos é de: 20 (Vinte) dias.

**Av. T2, Nº 917, Qd.70 Lt. 10 Sala 14 – Setor Bueno – CEP 74.210-005 – Goiânia-GO**



**VERSATTI COMERCIO E SERVIÇOS**  
**CNPJ: 45.098.044/0001-34 – I.E: 10.891.562-0**



(62) 3626-0640



comercioversatti@gmail.com

Comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no edital. Para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

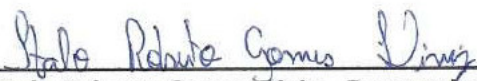
<b>Dados da Proponente</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	VERSATTI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
<b>CNPJ:</b>	45.098.044/0001-34
<b>INS. ESTADUAL</b>	10.891.562-0
<b>ENDEREÇO:</b>	Av. T2, Nº 917, Qd.70, Lt. 10, Sl. 14 – Set Bueno – CEP 74210-005 – Goiânia-GO
<b>TELEFONE:</b>	(62) 3626-0640 / (62) 98326-8853
<b>EMAIL</b>	comercioversatti@gmail.com
<b>BANCO</b>	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 104
<b>AGENCIA</b>	1845

<b>CONTA C.</b>	2126-3
<b>PRAÇA</b>	NIQUELÂNDIA/GO

### Dados do Representante Legal

<b>NOME</b>	ITALO ROBERTO GOMES DINIZ
<b>ENDEREÇO</b>	Rua C-187, nº 38, Quadra 466, Lote 06 – Jardim América – Goiânia/GO
<b>CPF</b>	705.177.991-54
<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	REPRESENTANTE LEGAL
<b>RG/EXPEDITO</b>	6454026 SSP/GO
<b>NATURALIDADE</b>	NIQUELÂNDIA/GO
<b>NACIONALIDADE</b>	BRASILEIRO
<b>FORMAÇÃO AC.:</b>	ACADÊMICO DE DIREITO
<b>ESTADO CIVIL</b>	SOLTEIRO
<b>EMAIL</b>	comercioversatti@gmail.com

Goiânia-GO, 19 de Setembro

  
**Italo Roberto Gomes Diniz – Procurador**  
 RG: 6454026 SSP/GO  
 CPF: 705.177.991-54

**45.098.044/0001-**  
**VERSATTI COMÉRCIO E SERVIÇO**  
 AV T2 Nº 917 QD. 70 LT. 10 SAL  
 SETOR BUENO  
 CEP: 74.210-005  
**GOIÂNIA - G**

**Av. T2, Nº 917, Qd.70 Lt. 10 Sala 14 – Setor Bueno – CEP 74.210-005 – Goiânia-GO**



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO CASONATTO, Líder de Processo**, em 18/10/2022, às 11:44, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO, Assistente Administrativo Júnior**, em 18/10/2022, às 12:08, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS SARDINHA, Diretor(a)**, em 20/10/2022, às 10:28, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARTA PIRES BARBOSA, Diretor(a) Administrativo e Financeiro**, em 20/10/2022, às 16:37, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **6691720** e o código CRC **C3A379D7**.



